

ACTA Nº 7



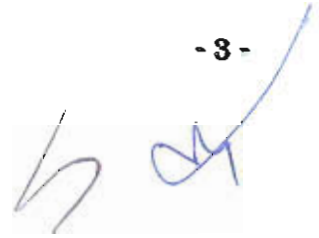
ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2015:- - - - -

----- Aos treze dias do mês de Março do ano dois mil e
quinze, nesta cidade de Viana do Castelo e Paços do Concelho, reuniu-se
extraordinariamente a Câmara Municipal de Viana do Castelo sob a presidência do Vice
Presidente da Câmara e com a presença dos Vereadores Ana Margarida Rodrigues
Ferreira da Silva, Joaquim Luís Nobre Pereira, Maria José Afonso Guerreiro da Silva,
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira, Francisco Manuel Marques Franco,
Helena Cristina Mendes Marques e Maria Ilda da Costa Figueiredo. Secretariou o
Diretor do Departamento de Administração Geral, Luís Filipe Neiva Marques. E, tendo
tomado os lugares que lhes estavam destinados, o Vice Presidente da Câmara declarou
aberta a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos registando-se a falta do Presidente
da Câmara, que está atrasado em virtude de se encontrar de regresso de Bruxelas e
conforme informação que prestou o avião ter-se atrasado pelo que a qualquer momento
poderá chegar. **ORDEM DO DIA:-** Presente a ordem de trabalhos, foram acerca do
assunto dela constante tomada a seguinte resolução:- **(01) PROJECTO DE
REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA NORTE (POLIS LITORAL):-** O Vice Presidente
antes de dar a palavra aos proponentes, fez várias considerações acerca do requerimento
apresentado por estes relativo a realização desta reunião extraordinária, especialmente
porque denotou a necessidade de alterar o Regimento para dar cobertura á situação
criada pelo referido requerimento na parte em que solicitam a convocação de uma

pessoa estranha ao Executivo Municipal para fazer a apresentação de uma proposta da sua própria autoria. Neste contexto, e uma vez que a lei e o regimento são omissos nesta matéria, solicitou a todos os vereadores da oposição que dessem a sua opinião, de modo a se obterem contributos para uma eventual revisão do regimento, tendo em vista afastar a dúvida quanto á regularidade deste procedimento. O Vereador Eduardo Teixeira começou por estranhar a solicitação feita pelo Vice Presidente considerando-a fora do âmbito do ponto de trabalhos agendado, referindo todavia que os vereadores do PSD manifestaram e mantem a vontade de ouvir o Dr. Defensor Moura e bem assim os contributos dos vianenses, relativamente ao estudo urbanístico da Praia Norte. Por sua vez a Vereadora Ilda Figueiredo disse que concorda que este não é o momento próprio para discutir o Regimento e que considera que deve ser o PSD a apresentar a proposta uma vez que foi ele que requereu a presente reunião. Quanto à eventual participação do Dr. Defensor Moura entende que é o Presidente da Câmara que tem o poder de decidir se deve ou não permiti-la. Terminado este ponto prévio o Vice Presidente deu a palavra aos vereadores do PSD tendo-se registado a intervenção do Vereador Eduardo Teixeira que seguidamente se transcreve:- "...travar o avanço do mar..." (palavras do Sr Presidente sobre outras intervenções na orla costeira) é uma promessa não concretizável, como todos sabemos, pelos mais diversos estudos internacionais dos últimos anos. A mitigação das consequências das Alterações Climáticas, supostamente, deverá ser concretizada com recurso a um conjunto integrado de ações estratégicas internacionais e nacionais, das quais ganharão no futuro próximo particular relevo as intervenções físicas e, sobretudo, novas abordagens, preventivas, no planeamento e ocupação do solo na orla costeira. A salvaguarda da segurança de pessoas e bens é hoje concretizada como o foi recentemente em Esposende ou como está (supostamente) prevista pelo Programa Polis na Ria

Formosa, recorrendo a uma planeada retirada de construções implantadas na orla costeira (em situação ilegal ou não) e reinstalação em localizações seguras, recuadas, para as gerações vindouras. Estas localizações, prudentemente recuadas, não são desconhecidas; são defendidas há muito por investigadores, técnicos especializados e instituições com responsabilidade no Ordenamento do Território em Portugal e na União Europeia. Por este motivo, olha-se de outra forma nos últimos anos para a delimitação e para o planeamento das áreas em “Domínio Público Marítimo”. Também por este motivo, as seguradoras a nível mundial olham para estas áreas com renovada atenção na assumpção de riscos. O Sr Presidente, na qualidade de Vereador do Ambiente, promoveu há alguns anos a delimitação do “Domínio Público Marítimo” do concelho. Sabe bem quais os conceitos, de segurança, prudência e visão de longo prazo que lhe estão subjacentes. O Sr. Presidente anunciou recentemente a participação do Município numa equipa multidisciplinar de uma instituição de ensino superior em Lisboa, destinada a estudar as melhores práticas para **mitigação das consequências** das Alterações Climáticas. Com efeito, o **Programa Polis Litoral**, dito de **suposta requalificação ambiental**, propõe-se realizar uma **nova intervenção de impermeabilização** de grandes dimensões, **desprezando a história do lugar, os erros do passado e, sobretudo, desperdiçando a oportunidade** de concretizar o que poderia ser **uma requalificação ambiental de excelência a nível nacional**. Por exemplo, **como pode o projecto**, supostamente em nome da segurança, **propôr a demolição e reconstrução**, com recuo de 80 metros, **de algumas construções/bares existentes, sem o fazer para todos os edifícios?** Porque se mantém a localização de um bar em zona de risco, assumindo explicitamente que se vai reconstruir o muro existente por esse motivo? **O Sr. Presidente não pode apregoar o Desenvolvimento Sustentável, a mitigação das consequências das Alterações Climáticas, a Defesa do Ambiente e da Qualidade de Vida, bem como a correção de erros do passado apenas nas intervenções que lhe interessa.** A **visão estratégica que a Polis Litoral tem defendido publicamente, com competência, mobilizando e articulando autarcas, administração pública e os escassos recursos financeiros, não é coerente com a execução do projecto aprovado**, certamente por mero

desconhecimento (a que será obviamente alheio) das componentes urbanas das intervenções a concretizar e da realidade local. Por estes motivos, esta pode ser uma **oportunidade única de genuína requalificação e valorização ambiental** na qual o PSD de Viana do Castelo, ira apos esta discussão hoje apresentar uma proposta no final do debate, que visa a necessária requalificação e a promoção do desenvolvimento local e da qualidade de vida da população. ANTECEDENTES - A Praia Norte de que hoje os Vianenses usufruem decorre de **uma intervenção de impermeabilização e artificialização realizada por um anterior executivo do PS liderado por Defensor Moura**, após um estudo realizado no último mandato do PSD. Foi concretizada **legitimando e camuflando uma zona de aterros ilegais de matérias-primas provenientes de obras de construção civil**. Sob esse ponto de vista, nunca foi uma intervenção exemplar. Do mesmo modo, nunca foi uma intervenção exemplar do ponto de vista ambiental, já na época, pela sua implantação em plena zona de possível formação dunar. Por esse motivo, verificou-se nos últimos anos uma crescente deposição/invasão da marginal e das imediações por areia, num fluxo natural que **promoveria a regeneração dunar**, se esta fosse **possível**. Ou seja, **esta intervenção do Homem ocupou o lugar que naturalmente pertence à formação dunar**, inexistente por culpa deste, e que a Natureza obviamente procura contrariar. Isso **não quer dizer que a situação presente não tenha aspectos positivos**. **Surpreendeu inesperadamente alguns decisores de então e afirmou-se até hoje, crescentemente, como um local com uma atractividade muito interessante durante todo o ano**. Não podemos **ignorar ou deixar branquear os erros do passado** quando alguém deliberadamente os ignora e sobretudo quando **os seus autores se propõem novamente gastar o dinheiro dos contribuintes na reafirmação do erro**. Os **principais** protagonistas **responsáveis pela situação** são os que agora **pretendem reincidir, com endividamento da autarquia, no erro cometido há duas décadas**. De facto, outra coisa não seria de esperar por parte de um ex-Presidente e de um ex-Vereador do Ambiente... Importa perceber **quais os investimentos a fazer para o futuro, sem destruir a atractividade** do presente. Desta forma apresentaremos a nossa proposta, que resulta de vários contributos de cidadãos, mas face a um documento que foi entregue na Camara pelo Ex-



Presidente, que temos várias dúvidas, e que gostaríamos de poder ouvir também aqui na presente reunião. As últimas semanas, o debate suscitado e as opiniões públicas manifestadas confirmam que os cidadãos não estão alheados da eventual intervenção a realizar no local. O PSD já tinha proposto a reavaliação do projecto aprovado, agora ouviremos todos e apresentaremos uma proposta rectificativa ao Estudo Urbanístico apresentado. (a) Eduardo Teixeira.”. **APRESENTAÇÃO DO**

PRESIDENTE:- Quando os trabalhos iam neste ponto apresentou-se o Presidente da Câmara passando de imediato a presidir aos trabalhos. A Vereadora Ilda Figueiredo disse que na reunião em que foi deliberada a expropriação dos terrenos necessários a este empreendimento, propôs que fosse promovida uma ampla discussão pública sobre o Estudo, para debate e clarificação das soluções propostas, não deixando de ser ouvidos todos quantos serão afectados pela obra. Referiu também que teve conhecimento que o **Presidente da Câmara reuniu com os Presidentes da Junta de Freguesia de Areosa e da União de Freguesias de Viana do Castelo e ainda com a Comissão de Moradores do Bairro dos Pescadores** na qual foi decidido introduzir algumas alterações ao estudo, designadamente no sentido de preservar o jardim existente junto ao Bairro. Por último, perguntou se o Bar denominado Lagosteiro vai ser realocado ainda mais para poente do que se encontra actualmente. O Vereador Vítor Lemos, aludindo à intervenção do Vereador Eduardo Teixeira disse que teve de esperar vinte anos para ver o PSD elogiar uma obra feita por uma Câmara socialista. Adiantou ainda que a obra vai ter um custo zero para o Município. O Presidente da Câmara disse que esta autarquia tem uma tradição democrática e por isso foi aceite a discussão de um projeto alternativo a pedido dos vereadores do PSD. De seguida, fez o histórico de todo este processo realçando que este estudo foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente e pelo ICNB, por

respeitar as melhores práticas ambientais e obedecer a todos os objetivos exigidos para este tipo de intervenções designadamente os de proteção costeira e prevenção da erosão. Comparou esta intervenção á que foi feita em S. Bartolomeu do Mar, concelho de Esposende, que mereceu a aprovação unanime. Defendeu a bondade e o mérito do estudo urbanístico já aprovado pela Câmara Municipal e aludiu ao Plano de Pormenor da Praia Norte da autoria do arquiteto Henrique de Carvalho, e encomendado pelo então Presidente da Câmara Dr. Branco Morais, e que nos aspetos principais propunha idênticas soluções aos da Polis Litoral. Aludiu também aos princípios urbanísticos que são requisitos da rede de cidades saudáveis em que se privilegiam os espaços públicos, para as pessoas de fruição pública e promotoras de estilos saudáveis de vida. Mais acrescentou que o projeto visou também a promoção da economia local fomentando o turismo de natureza. Referiu também que o projeto aprovado foi objeto de apresentação e discussão pública em Novembro de 2010 no auditório do Castelo Santiago da Barra onde foi discutido e analisado pelos presentes. Por último, criticou o precedente criado pelo PSD, ao ter proposto a convocação do autor da proposta para fazer a sua apresentação na presente reunião, refletindo sobre os constrangimentos ao funcionamento do Executivo Municipal que a multiplicação deste exemplo poderá acarretar. A Vereadora Helena Marques, referindo-se à intervenção do Vereador Vítor Lemos, lembrou que a aquisição dos terrenos é encargo da Câmara Municipal e que recentemente a Câmara reforçou o capital social da Polis Litoral Norte, também para permitir financiar esta obra. De seguida, e em cumprimento do requerimento apresentado pelo PSD, o Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador Eduardo



Teixeira para que este solicitasse ao Dr. Defensor Moura que apresentasse a sua proposta, tendo este referido que só aceitaria fazer a apresentação do seu projecto se tal lhe fosse pedido pelo Presidente da Câmara pois era a este órgão que ele se pretendia dirigir, ao que o Presidente da Câmara esclareceu que dispensava a apresentação do projecto pois os eleitos pelo PS não tinham quaisquer dúvidas sobre a documentação já anteriormente recebida. Apesar desta posição o Dr. Defensor Moura decidiu fazer a apresentação da sua proposta a solicitação dos Vereadores do PSD, pois foi para isso que se tinha deslocação à Câmara Municipal, tendo de seguida procedido á leitura da proposta que seguidamente se transcreve:- “Começo, naturalmente, por vos pedir desculpa, por não ter vindo pessoalmente, à reunião ordinária do passado dia 5, apresentar a minha proposta de requalificação da Praia Norte e, também, expressar-vos a minha gratidão por me terem proporcionado esta extraordinária oportunidade de o fazer hoje. E dito isto, devo acrescentar que, estando a minha proposta na origem da reunião, considero profundamente lamentável que não me tenha sido feita qualquer comunicação oficial da sua realização, de que tive conhecimento ocasional ontem de manhã. Como, também, não gostei de ter ouvido e lido na comunicação social, o sr. Presidente dizer que “está habituado a ver arquitectos a apresentar projectos”, mas que cumprindo o regimento e a lei “ouviremos quem o PSD queira pôr a falar”. Nem quero recordar as funções que tive nesta casa. Afirmo-lhe quem sou hoje e aqui. Tem à sua frente um cidadão deste município exercendo o seu direito de apresentar propostas à Câmara Municipal, com direito a ser ouvido e, principalmente, a ser respeitado. Todos sabem que não tenho a “coragem” de sorrateiramente depositar ramos de flores em mesas de salas vazias, acompanhado de fotógrafo para mandar o boneco para a imprensa. Talvez o sr. presidente esperasse que eu não viesse, mas estou aqui a apresentar frontalmente, a uma mesa ocupada com os autarcas e numa sala preenchida de cidadãos interessados, não flores mas os frutos do meu trabalho voluntário em prol da minha cidade. O sr.

presidente não tem o direito de “pôr a falar pelo PSD” um cidadão que mandou entregar exemplares da sua proposta a todas as forças políticas do executivo e eu tenho todo o direito de ser recebido com isenção e correcção pela Câmara Municipal. E isso é ainda mais grave e ofensivo, porque o sr. sabe muito bem qual é a força política de que sou militante e de que parece querer arredar-me para evitar a incomodidade da crítica. Não volte a fazer isso, porque não me amedronta. Eu não tenho medo de si como os que lhe estão mais próximos ou são seus subordinados. Durante dezasseis anos, dei-lhe oportunidade de se habilitar em administração municipal e apetrechei-o com o cabal conhecimento da autarquia, dos seus planos, projectos, obras e acções em curso ou previstas, bem como de todas as dificuldades e compromissos assumidos. Mas apesar de tão longa convivência, já tinha passado o tempo de lhe corrigir as falhas de carácter e aperfeiçoar a educação cívica, até porque soube manhosamente conter o autoritarismo, a grosseria, a deslealdade e outros atributos que agora já não consegue disfarçar em situações limite. Penalizo-me por não o ter sabido em tempo útil! E se de lealdade falamos, **permitam-me** que recorde os meus cinco anos de voluntário silêncio e, mesmo neste caso do projecto da requalificação da Praia Norte, tive sempre o cuidado de enviar para os Vereadores Luís Nobre e Ana Margarida e, até para a Presidente da AM Flora Silva, todas as críticas ao projecto e os apelos de intervenção que me foram dirigidos no facebook. E só me vi obrigado a intervir quando o sr. Presidente, por falta de argumentação para defender o projecto, se lembrou de dizer que o projecto já tinha sido feito no meu mandato, tentando apor-lhe um “selo de garantia de qualidade”, de que tinha usufruído em todos os projectos anteriores. Desculpem-me maçá-los com este relato, mas nestas questões de carácter sou inflexível e, como se comprova, bem ao contrário do que o sr. Presidente anda a fazer crer aos parceiros de ocasião e à opinião pública, a minha lealdade pessoal, partidária e, principalmente, institucional com os órgãos municipais não teve quaisquer falhas. Arrepie caminho sr. Presidente! Depois, na apresentação pública dos projectos do Polis Litoral Norte no dia 16 de Fevereiro, apesar de eu e outros intervenientes termos criticado o projecto da Praia Norte e apresentado sugestões, o sr. Presidente concluiu a sessão reafirmando o propósito de

manter na íntegra o projecto de destruição daquela emblemática praia. Foi essa incrível inflexibilidade e absoluta incapacidade de ouvir e avaliar o que dizem os munícipes, que me desafiou para passar ao papel as ideias que tinha para a Praia Norte, tal como sempre fiz com os arquitectos da Câmara e com os mais credenciados arquitectos do país e do mundo, com quem trabalhei durante duas décadas e meia. É isso que estou aqui a apresentar. Não um projecto, evidentemente, mas tão simplesmente uma proposta de requalificação da nossa praia urbana. Mas antes de apresentar a proposta propriamente dita, permitam-me que aprecie criticamente o projecto que foi apresentado no passado dia 16 de Fevereiro na Biblioteca. Lamento não poder projectar as imagens apesar de ter solicitado as condições à presidência, atempadamente! Começamos pela destruição do enrocamento e pela sua substituição por um murete modernão, que se desenvolve em quatro linhas rectas e não respeita minimamente as existências. Assim, de sul para norte, começa por destruir o forte muro de suporte redondo que suporta a pequena praceta no final da Av. do Atlântico. A seguir faz a demolição de todo o murete que contorna as outras pracetas e que serve de banco corrido, e remove todas as árvores existentes e o gramado que nasce espontaneamente em quase todo o espaço poente, que passa a ser um pavimento impermeável (ecologicamente reprovável!). Apenas nalguns pontos do seu desenvolvimento a implantação do murete permite ganhar um ou dois metros do areal e obriga a demolir o bar existente mais a sul ("Praia Norte"). Estranhamente, em frente ao bar mais a norte ("Lagosteiro") o murete de suporte avança significativamente para o mar, estreitando a faixa de areal, sendo nítido no projecto que este bar se aproxima cerca de três metros do mar. Não se compreende, por isso, porque é proposta a sua demolição e substituição por um edifício construído de novo, com dinheiros públicos! O propalado alargamento do passeio marginal, como se fosse um verdadeiro calçada é, afinal mais uma inverdade da apresentação do projecto. Como se vê, com as praças, pracinhas, relvados e caixas de areia construídas neste projecto a largura do passeio quase não se altera. Estas praças desprotegidas do vento são mais uma das graves falhas deste projecto, que foi feito sem tomar em consideração as condições climáticas do local. É também absolutamente

incompreensível o dispêndio de dinheiros públicos na destruição e construção de novos dois bares e restaurante que, poderiam e deveriam ser evitadas se o projecto não tivesse sido feito como se nada existisse na Praia Norte. Quanto à anulação do arruamento marginal, vale a pena repisar que, para além da especificidade da própria praia, é a existência deste acesso exclusivo e estacionamento automóvel próximo do mar que torna a Praia Norte a mais frequentada do concelho, todos os dias do ano. Como já disse o automóvel funciona na Praia Norte como um “abrigo móvel” que, com os bares, permitem aos vianenses a tranquila observação do mar, protegidos do vento, do frio e da chuva. A transferência do acesso a uma zona balnear, de um arruamento exclusivo para uma rodovia que serve indústrias pesadas, e, por outro lado, a mudança de um tranquilo estacionamento de praia para uma perigosa e movimentada via de circulação de viaturas pesadas é uma opção que revela uma enorme falta de sensatez e, principalmente, uma indesculpável falta de preocupação com a segurança dos utentes, especialmente das crianças. E sobre a insensibilidade social que revela a destruição do jardim do Bairro dos Pescadores, já nem vale a pena tecer mais comentários! Este é portanto um projecto perfeitamente inadequado às condições físicas e climáticas do local e completamente contrário à utilização que os vianenses dão quotidianamente e há duas décadas à Praia Norte. Isto, para além de contrariar frontalmente os objectivos propagandeados de evitar os riscos da erosão e de restaurar o equilíbrio ecológico desta frente marítima. Como já disse, este projecto vai transformar a praia mais frequentada, numa praia igual às outras. Com poucos tostões se construiu a praia e a zona mais procurada do concelho e com milhões se vai construir mais uma zona deserta da cidade, na grande maioria dos dias do ano! Como se atrevem a afirmar que o projecto vai aumentar a atractividade da Praia Norte? Pergunto - Alguém olhou atempadamente e com olhos de ver para este desastroso projecto? O sr. Presidente tem apresentado várias justificações para isto, conforme o local e o interlocutor. Já o ouvi justificar com a herança do Presidente anterior, com o Plano de Urbanização da Cidade e, principalmente, com a ampla discussão pública que teria tido lugar nos Encontros do Litoral de 2009 e 2010. Desmontemos um a um, cada um destes argumentos. Já demonstrei cabalmente que



não tive qualquer participação na elaboração deste projecto, mas hoje resolvi trazer-lhes um fotocópia do Diário do Minho de 5 de Setembro de 2009, com um artigo e foto do administrador do Polis Litoral Norte, José Maria Costa, a anunciar o lançamento do concurso para a elaboração do projecto da Praia Norte, que efetivamente veio a ser publicado no D.R. de 23 de Setembro. Eu tinha suspenso o meu mandato em 17 de Agosto! Mas também é frágil o argumento do Plano de Urbanização. O PUC de 1997, cujas linhas gerais recebi do meu antecessor, que o sr. Presidente acaba de elogiar, refere o espaço envolvente da Praia Norte apenas como de "Recreio e Lazer" e, vejam lá, o único arruamento que lá está desenhado é, precisamente o que este projecto pretende anular! Finalmente, desmontemos os tão badalados Encontros do Litoral de 2009 e 2010, que o sr. Presidente diz ter sido o palco da profunda discussão do Projecto da Praia Norte. No livro publicado sobre o Encontro do Litoral realizado em 19 e 20 de Novembro de 2009, não existe nem uma única linha sobre qualquer projecto da Praia Norte! No 2º Encontro do Litoral, realizado em 24 e 25 de Novembro de 2010, o projecto da Praia Norte realmente aparece referido no programa. Na trabalhosa manhã do primeiro dia do Encontro, depois da recepção dos participantes e da sessão de abertura presidida pela Ministra e depois ainda do coffe-break, realizou-se uma mesa redonda, designada Caleidoscópio para apresentação dos estudos, projectos e obras do Polis Litoral Norte. Foram dezassete (17) comunicações individuais até à hora do almoço! Uma delas era da Arq. Petronilho sobre a Requalificação da Praia Norte/Praia do Coral, que teve o longuíssimo tempo de cinco (5) minutos para "a apresentação e o profundo debate público do projecto" que o sr. Presidente tanto propalou para justificar a sua inquestionável aprovação. Como verificam, estas atabalhoadas justificações do sr. Presidente nem tem estatura para ser designadas mentiras, tão curtas são as suas pernas para andar! Não passam de trapalhadas mal engendradas para tentar justificar o injustificável! Volto a perguntar – Alguém olhou atempadamente para este projecto com olhos de ver? Repito – Alguém que conheça as condições físicas e climatéricas da Praia Norte apreciou este desastroso projecto de destruição da praia mais frequentada do concelho? Custa-me a acreditar que sim. O que é, naturalmente, muito

pouco elogioso para o sr. Presidente que representa o município na Sociedade Polis Litoral Norte. Mas, enterrada essa falta do passado, façam o favor de dar mais atenção a esta minha proposta de requalificação da Praia Norte. Como já tiveram oportunidade de ver o texto e as plantas que vos enviei no dia 5, vou sintetizar, lamentando mais uma vez que a presidência não me tenha proporcionado as condições de projecção necessárias para apreciarem as plantas. **Em resumo, se o projecto de Requalificação da Praia Norte fosse da minha responsabilidade, apresentaria aos arquitectos projectistas as seguintes propostas:**

- ⇒- Manter os bares e o restaurante nas actuais localizações;
- ⇒- Manter o murete que serve de banco corrido;
- ⇒- Não destruir o jardim do Bairro dos Pescadores;
- ⇒- Substituir o enrocamento por muro de suporte em V, apenas nos troços fronteiros aos dois bares existentes;
- ⇒- Alargar o passeio marginal para cerca de 12 metros, anexando-lhe a Ciclovia Litoral com 3 metros de largura e mais 2 metros para uma fileira de árvores.
- ⇒- Construir a via rodoviária cerca de 10 metros a nascente da actual Av. Brasil, com estacionamento de ambos os lados, excepto nos quatro atravessamentos, supra-desnivelados e estreitados como atrás referi, tendo a via sentido único sul/norte e imposição de redução de velocidade;
- ⇒- Com o estacionamento na avenida marginal, acrescido da bolsa de estacionamento a sul, seriam criados, próximos da praia, mais de 250 lugares de estacionamento, mais 10 para autocarros, em vez dos 121+3 propostos pelo projecto para a mesma área de intervenção mas, completamente, arredados da frente marítima;
- ⇒- Construir um único edifício a partilhar, em espaços autónomos, pela Biblioteca de Praia e pelo Centro de Interpretação de Biologia Marinha;
- ⇒- Requalificar os três espaços de recreação infantil, desporto e ginásio ao ar livre, devidamente protegidos por denso arvoredo, com plantação de cerca de 400 árvores resistentes às condições climáticas dominantes no local (por exº os metrosíderos e os cedros que já existem e crescem na Praia Norte, Av. Do Atlântico e, bem próximo da praia, na Escola Superior de Gestão). É evidente, que vou entregar este documento para que fique registado em acta que vim a esta Câmara demarcar-me do projecto da Polis Litoral Norte e apresentar esta proposta alternativa para a requalificação da Praia Norte. Estou à vossa disposição para prestar todos os esclarecimentos



que considerarem necessários para fundamentar as minhas críticas e sugestões, esperando também que da vossa parte sejam.



(a) Defensor Moura.”. Durante a leitura do texto, o Presidente da Câmara por diversas vezes interpelou Defensor Moura, para este não efectuar ataques de carácter aos membros do executivo, exigindo respeito pelos eleitos, pois esta é a Casa da Democracia, e os representantes legítimos do Povo têm que ser respeitados. Apelou ainda o Presidente da Câmara a Defensor Moura para este se cingir à proposta que tem para a Praia Norte e não continuar a efectuar ataques aos membros do Executivo Municipal, respeitando as regras da democracia. Finda a apresentação o Vereador Eduardo Teixeira apresentou as seguintes questões ao Dr. Defensor Moura:- Se a intervenção prevista abrangia apenas a área entre os dois bares de apoio de praia; Se previa a manutenção do jardim do bairro dos pescadores; Se previa a reorganização do estacionamento automóvel. O Dr. Defensor Moura respondeu que a proposta previa a continuação da ciclovia até ao Castelo Velho, previa a manutenção do jardim do bairro dos pescadores mas não previa a reorganização do estacionamento.

Seguidamente, a Vereadora Helena Marques apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:- **“REQUALIFICAÇÃO PRAIA NORTE (POLIS LITORAL) - REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, REGENERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PRAIA** - Foi aprovado em reunião de Câmara de 8 de Janeiro do corrente ano, os meios (declaração de Utilidade Pública e Empréstimos Bancários para a expropriação) para a execução do Programa Polis Litoral Norte no Município de Viana do Castelo. No entanto, no que concerne ao projeto de intervenção relacionado com a Praia Norte, durante a sessão de apresentação pública em Fevereiro, várias personalidades questionaram o mesmo e defenderam a sua reformulação. Na verdade, trata-se de um projeto que envolve, na sua totalidade, mais de 4 milhões de euros, (3,4 milhões do Polis Litoral Norte e 1 milhão de euros de expropriação de terrenos pela Autarquia), mas que não contempla o espaço de estacionamento atualmente existente, e que é de vital importância para a vivência da economia local e usufruto das populações, nem mantém a atual Avenida Brasil (Avenida da Praia Norte), muito valorizada e utilizada pelos transeuntes. Nesta fase, é urgente debate público, no sentido de ainda se poderem incorporar contributos positivos que tornem esta requalificação adequada e digna de continuar a proporcionar à Praia Norte o estatuto de Praia do concelho mais utilizada todos os meses do ano. Uma praia, onde não são praticadas pelas suas características naturais, desportos náuticos, uma praia conhecida pelas suas “nortadas” (ventos), uma praia onde o areal escasseia, ter 12 meses no ano uma afluência total, onde a qualquer hora do dia o estacionamento está sempre ocupado parece ser uma vantagem competitiva que a torna única e excepcional. Investir 4.000.000€ para basicamente poder vir a destruir os pilares desta utilização efetiva, demonstra falta de sensibilidade às pessoas, à economia e à realidade vianense. Neste sentido, a Câmara Municipal na reunião extraordinária de 13 de Março, deliberou: - Incluir no projeto definitivo de requalificação da Praia Norte os seguintes contributos: - Manutenção da Avenida Brasil e respetivo estacionamento, deslocalizando-a ligeiramente, na parte suficiente para a intervenção. – Criação de cortinas arbóreas para minimizar a incidência do vento norte. – Reconstrução do muro/paredão/recuo de alguns metros. – Requalificação ambiental|Remoção integral dos aterros



existentes por baixo da actual marginal até à reposição da topografia original Há décadas, em meados do século XX. – Expansão da área útil de areal para fruição balnear | Enchimento /abastecimento da praia com fornecimento de areia, numa largura adicional de alguns metros uteis para a fruição balnear. – Expansão do passadiço/miradouro em madeira existente | prolongamento até à “deslocalizada” Avenida Brasil. Considerando a hipótese de realização de um avultado investimento, seria esta uma interessante oportunidade na qualificação de uma área que pode ser uma verdadeira mais-valia para a cidade, como já o é, mas sobretudo pelo potencial de afirmação como uma praia de excelência, em plena área urbana, do maior interesse para os investidores turísticos e para os cidadãos de Viana do Castelo. Deste modo, verificar-se-ia, no mínimo, a existência de uma área de praia útil três vezes maior do que a atual. Será também possível salvaguardar, assim queiram os decisores, uma proximidade do estacionamento automóvel, procurando salvaguardar as vivências de várias gerações, sem condicionar as mais pertinentes intenções lúdicas e funcionais do projeto. (a) Eduardo Teixeira; (a) Marques Franco; (a) Helena Marques.”. Por sua vez, o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente também se transcreve:- **“PRAIA NORTE - PROJETO - EMPREITADA DE DEFESA COSTEIRA E PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS NA FRENTE MARÍTIMA DA PRAIA NORTE (FASE 1) E REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE MARÍTIMA (FASE 2)** - A intervenção na Praia Norte pretende assegurar a manutenção equilibrada desta faixa da orla costeira, particularmente ameaçada pelo efeito do mar e pela presença de uma densificada ocupação. Na primeira fase, considerada de emergência, estão previstas obras de consolidação das estruturas de proteção da erosão costeiras, redes de infraestruturas existente e instalar e reordenamento do estacionamento. Na segunda fase, está prevista a construção de praças temáticas, instalação de mobiliário urbano e instalação de equipamentos de recolha de resíduos sólidos urbanos, plantação de árvores e vegetação, sinalização e iluminação pública. A necessidade de uma profunda intervenção de requalificação já se encontrava definida no Estudo/Plano de Pormenor para o “Arranjo da Praia Norte e área envolvente”, da autoria do Arqt.º Henrique Carvalho, desde de 1993. A Câmara Municipal e os respetivos executivos

reconheceram, técnica e politicamente, através dos seus diversos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's), Plano Diretor Municipal, mas essencialmente do Plano de Urbanização da Cidade (PUC), que a Praia Norte é um local a necessitar de uma profunda intervenção de requalificação ambiental e urbana, tendencialmente de fruição pública | coletiva, delimitando para o efeito uma Unidade de Estudo (UE6), IGT foi publicado em Diário da República de 16 de Julho de 2008, após aprovação da Câmara e Assembleia Municipal. O PUC caracteriza esta área litoral como uma ***“praia degradada pelas obras portuárias, deficientemente infraestruturada e não permitindo uma condigna utilização”***, art.º 173.º), estabelecendo o princípio da sua ***“reabilitação como área eminentemente lúdica, dotando-a das necessárias infraestruturas e equipamentos de apoio”***, art.º 174.º). Claramente, estas normas, traduzem-se num objetivo de promover as potencialidades turísticas, e de vivência urbana, que este conjunto do nosso património natural nos oferece. Na sequência da constituição da Polis Litoral Norte, Decreto Lei n.º 231/2008, de 28 de novembro, a necessidade de intervenção na Praia Norte, como muitas outras do litoral vianense, foi incorporada no **Plano Estratégico** elaborado por esta Sociedade, cuja aprovação foi precedida de AVALIAÇÃO AMBIENTAL, quer dos planos, quer dos programas nos termos do Decreto Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, documento que, antes da sua aprovação, passou pelo procedimento de consulta pública. Assim, o Plano Estratégico de 2008 identificou esta ação, como uma intervenção de valorização paisagística e ambiental, da qualificação do espaço público e do ordenamento do estacionamento e construção de estruturas de apoio turístico. Num modelo inovador, a Polis Litoral Norte decide, e bem, avançar para a materialização das ações através de um ***“CONCURSO DE CONCEÇÃO”***. Fê-lo através da publicação em Diário da República, II Série, n.º 185, de 23 de Setembro de 2009 ***“Anúncio de procedimento n.º 4518/2009 | MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO DE CONCEÇÃO”*** e do Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia, Comunidades Europeias - Serviços - Anúncio de concurso, n.º JO/S 184 | 265359-2009-PT, d 24 de novembro de 2009. Desse ***“CONCURSO DE CONCEÇÃO”***, e para a Praia Norte, foram apresentadas **8 projetos**, dos quais foi selecionado, por uma equipa técnica, o que cumpria os



objetivos estabelecidos e sujeitos a concurso, bem como as normas dos Planos Diretor Municipal e de Urbanização da Cidade, do Plano Estratégico da Polis Litoral Norte. O projeto aprovado foi apresentado e discutido no Auditório do Forte de Santiago da Barra, nos II Encontros do Litoral (numa sessão pública com cerca de 400 participantes) de 24 e 25 de Novembro de 2010, não tendo recebido na altura nenhuma sugestão ou crítica. Neste percurso processual, entidades como Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza e da Autoridade Marítima Nacional deram pareceres favoráveis ao projeto. A intervenção, para o qual já está aprovada uma candidatura de fundos comunitários, é a transformação de dois espaços, um contemporaneamente, é certo, mas de um outro, bem superior, desqualificado e "deitado" ao abandono, num primeiro momento, executando obras de consolidação das estruturas de proteção da erosão costeira, e num segundo momento, transformando-os em espaços de pausa, lazer e novos percursos, ecovia, espaços intergeracionais, novos equipamentos públicos e privados; de carácter cultural, desportivo e social, bem como da criação de praças temáticas; Cultura, Desporto, Praia, Conhecimento (equipamento de apoio à interpretação ambiental do espaço natural envolvente - vertentes biológica e geológica [posto de leitura pública associada a uma área expositiva e cultural), Lazer e Bem Estar (práticas tradicionais associadas ao mar como a pesca, o sargaço e a terapêutica). Prevê igualmente o recuo do muro de proteção e a contenção da linha da costa, concentra o estacionamento e circulação automóvel na via a nascente, libertando a marginal dessa função para a reservar ao uso pedonal em exclusividade, promovendo espaços de recreio e lazer, como o percurso da ecovia do litoral que liga o atual troço do Forte do Castelo Velho à Avenida do Atlântico, favorecendo assim a promoção de estilos de vida saudável, aumentando, quatro vezes, a área para as pessoas e atividades de recreio e lazer relativamente à atual. Nesta área de intervenção de cerca de 40 mil metros quadrados, estão previstos dois equipamentos de apoio completo à praia, um bar e restaurante, um equipamento de apoio à prática desportiva, um equipamento para talassoterapia ou atividades medicinais, bem como uma biblioteca de praia/centro de interpretação. Estão, ainda, garantidos 288 lugares de

estacionamento formais, em vez dos atuais 204 existentes, e vai ainda dispor de 14 áreas de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida e 5 autocarros. O passeio marítimo para além de ser mais amplo | largo e confortável para os peões, contemplará duas rampas de acesso à praia para pessoas com mobilidade reduzida e a área útil de praia será significativamente ampliada em resultado da construção do novo murete de proteção e defesa costeira. **Em resumo:- 1.O Projeto está de acordo com as orientações estratégicas e normas do PUC, aprovado por maioria absoluta da Câmara e Assembleia Municipal em 2008; 2.O projeto resulta de decisões e opções inovadoras “Concurso de Concessão Internacional” | “Avaliação Ambiental - com procedimento de consulta pública”; 3.O Projeto foi objeto de uma ampla discussão pública durante ano de 2010; 4.O Projeto recolheu pareceres favoráveis de todas as entidades que se têm de pronunciar em razão da matéria; 5.A Câmara Municipal a 8 de Janeiro de 2015 e Assembleia Municipal a 6 de Fevereiro de 2015 aprovaram, por maioria absoluta, o Projeto e a proposta de expropriação dos terrenos necessários à sua execução. Desta forma reiteramos a forma, aberta e participada, como este Projeto foi apresentado e discutido publicamente, bem como a sua aprovação em diversos momentos pelos órgãos com mandatos democráticos e legitimados pelo povo, pelo que consideramos não haver nenhuma razão fundamentada para a sua não imediata concretização. (a) José Maria Costa.”.** O Vereador Eduardo Teixeira referiu que a proposta do PSD é uma proposta construtiva e resulta do contributo e da auscultação de muitos munícipes, discordando da proposta apresentada pelo Presidente da Câmara especialmente quanto aos pontos 2 e 3 das suas conclusões. A Vereadora Ilda Figueiredo referiu que considera esta obra importante para Viana do Castelo embora entenda que deveria ter sido melhor debatida e sofrer alguns ajustes, como aquele que o Presidente da Câmara já fez a pedido dos Presidentes de Junta envolvidos e da Comissão de Moradores. Disse também que a CDU não acompanho o debate deste assunto e que não lhe fora



entregue qualquer estudo urbanístico ou projecto no dia em que foi deliberada a expropriação dos terrenos necessários à execução da obra. Concluiu dizendo que concorda com a proposta do PS desde que sejam aceites as sugestões que foram feitas ao Presidente da Câmara e já atrás aludidas, entendendo que não há razão para adiar a execução da obra pelo que votará favoravelmente a proposta do PS. O Presidente da Câmara reafirmou que o estudo urbanístico, constituído pelas suas peças mais importantes, como a planta síntese, foi efectivamente aprovado na reunião de 8 de Janeiro findo conjuntamente com a proposta de expropriação dos terrenos. Por último, foram postas a votação as propostas apresentadas pelo PS e PSD tendo obtido o seguinte resultado:- Proposta do PSD - Reprovado com 6 votos contra do PS e CDU e 3 votos a favor do PSD; Proposta do PS - Aprovada com 6 votos a favor do PS e CDU e 3 votos contra do PSD. Face a este resultado foi deliberado dar cumprimento à mesma. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e Ilda Figueiredo e os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira, Marques Franco e Helena Marques. **(02) INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-** DR. CARLOS TEIXEIRA - Disse ser frequentador assíduo da Praia Norte, tendo lido e ouvido vários comentários, designadamente no facebook que consideram que esta intervenção é um erro, sugerindo que a Câmara promova a realização de um referendo local para discutir o projecto. JOÃO PASSOS - Disse ser frequentador da praia da Praia Norte e, tanto quanto disse saber ninguém pediu opinião aos banhistas. Acrescentou que a actual praia foi inicialmente um aterro resultante da construção dos ENVC, onde antes

se localizava a denominada praia da cidade. ANTÓNIO DE OLIVEIRA LIMA - Disse ser membro também da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, na qual já foi aprovado o estudo urbanístico agora posto em causa e que não irá agora alterar o seu sentido de voto, se o assunto regressar à Assembleia. PIRES VIANA - Disse ter pena de já não ser membro da Assembleia Municipal, porque se fosse teria aprovado o estudo urbanístico tal como foi apresentado, lamentando apenas que a intervenção não vá até ao Castelo Velho e não se prolongue para Sul ao longo do actual molhe. **(03) APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-** Nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da presente reunião. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de **membros em** efectividade de funções. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas vinte e uma horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

